Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Aplicadas e Educação Departamento de Ciências Sociais Aplicadas Coordenação do Curso de Ciências Contábeis Campus IV – Litoral Norte - Mamanguape

Percepção dos Profissionais Contábeis sobre a Aplicação do CPC PME (Pequenas e Médias Empresas) em João pessoa – PB

Área Temática: Tema Livre

Marcos Fernandes da Silva- UFPB – marcoscont93@gmail.com
Luiz Marcelo M. do Amaral C. Cabral- Orientador – UFPB - luizmarcelocb@hotmail.com
Dimmitre Morant V. G. Pereira – Membro Interno – UFPB – dimmitre@gmail.com
Luiz Gustavo de S. B. Pessoa – Membro Iinterno – UFPB – gustavobrandao@gmail.com

RESUMO

Diante do panorama econômico que envolve as pequenas empresas e empresas de médio porte, bem como sua relevância na economia brasileira, desde 2010 estas empresas tem como norma contábil vigente o CPC PME, que determina diretrizes para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, este Pronunciamento técnico é resultante da convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, com o objetivo de ampliar a qualidade da informação para seus usuários, dando maior credibilidade internacional, aumentando o nível de comparabilidade e expandindo empresas de pequeno e médio porte para o mercado internacional. O presente estudo teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento dos profissionais de João Pessoa - PB acerca da norma, visto que estes profissionais são responsáveis diretos pela elaboração e divulgação de demonstrações contábeis dentro dos padrões estabelecidos pelos órgãos responsáveis. Para isto foi elaborada uma pesquisa através de questionários, onde se obteve uma amostra composta por 47 profissionais da área. O resultado da pesquisa mostrou que os profissionais, que na sua maioria atuam como auxiliares do setor contábil, e que estão na área de dois a dez anos possuem conhecimento deficiente sobre a aplicação do CPC PME, nunca participaram de cursos específicos para a norma ou utilizam literatura sobre o tema. Assim sendo, desconhecem princípios básicos como obrigatoriedade de aplicação e outros aspectos que norteiam o pronunciamento. Por falta de conhecimento técnico da norma, estes profissionais desconhecem os custos e benefícios da adoção mesmo a maioria destes afirmando já ter aplicado em algum momento.

Palavras-chave: Nível de Conhecimento, Norma Internacional, Demonstrações Contábeis

1 INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil, as médias, pequenas e microempresas representam 99% do total de empresas ativas. Em de 2013, eram mais de 6,6 milhões e foram responsáveis por 52% dos empregos formais. Mesmo em meio a tamanha expressividade a maioria das empresas de pequeno e médio porte não consideram informação contábil para a tomada de decisões ou outros aspectos gerenciais.

Com o objetivo de expandir a importância da informação contábil, tornando mais sólida e cabível de ser comparada à demonstrações contábeis no mercado internacional, a partir de janeiro de 2010, as empresas foram obrigadas a elaborar e divulgar seus demonstrativos contábeis em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS - International Financial Reporting Standards). As empresas de pequeno e médio porte também estão obrigadas a aderir a tais normas, estas precisam elaborar e divulgar seus demonstrativos em conformidade com o CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Estar em concordância com normas contábeis vigentes é um fator diferencial que pode conferir algumas vantagens competitivas, dentre elas, a expansão de linha de crédito, alta credibilidade internacional e comparabilidade com empresas do mesmo ramo de fora do país.

É evidente a importância de se elaborar demonstrações contábeis em conformidade com as normas e diretrizes existentes, considerando, porte e outras especificações da empresa. Outro fato importante é que cabe ao profissional contábil estar apto a implementar e acompanhar possíveis alterações na legislação, seja qual for.

Conforme Marion (2012), Albuquerque (2011) e Stroeher (2005), uma parcela considerável das empresas de pequeno e médio porte utilizam informações contábeis única e exclusivamente para atendimento legal, deixando a desejar na utilização dessas informações para outros fins. Tais autores concordam plenamente no que diz respeito à utilização das informações resultantes do processo de escrituração contábil.

Os Pronunciamentos Contábeis surgiram como resultado da convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais. As empresas que se enquadram no grupo das PMEs e desejam ter informação contábil, seja para cumprimento legal, seja para análise de ordem gerencial, precisam elaborar e divulgar tais informações dentro das diretrizes estabelecidas no pronunciamento contábil (CPC, 2009).

A relevância do presente estudo consiste em avaliar a percepção dos profissionais de contabilidade do Município de João Pessoa no que tange a adoção, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis de empresas definidas como de pequeno e médio porte, em

concordância com o pronunciamento técnico contábil específico para este grupo de empresas (CPC PME), as quais possuem grande relevância para a economia brasileira. Conforme Carneiro e Dall'Agnol (2015), o profissional de contabilidade é o primeiro e principal consultado da grande maioria de novos empreendimentos, principalmente de pequeno e médio porte, consequente à obrigatoriedade das empresas possuírem contabilidade, que é imposta por força legal. Silva (2015) acrescenta que, por ser responsável em dar consultoria inicial e consequentemente se tornar responsável por elas, o profissional precisa estar preparado e ter conhecimento de aspectos relevantes na divulgação das informações. Tais oportunidades podem fazer aumentar o prestígio e a eficácia social da profissão.

Considerando que o profissional contábil é responsável legal pela adoção inicial, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis das empresas o objetivo desta pesquisa é avaliar o nível de conhecimento dos profissionais contábeis do Município de João Pessoa acerca adoção, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em conformidade com o Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias empresas. Outro fator que deve ser considerado é a baixa quantidade de publicações científicas divulgadas sobre este tema, por tanto, o presente trabalho também se propõe a fornecer informações relevantes para os profissionais da contabilidade acerca da adoção, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em conformidade com o CPC PME.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contabilidade para as Pequenas e Médias Empresas

No Brasil, as empresas de pequeno e médio porte são responsáveis por uma parcela consideravelmente alta da geração de emprego e renda. Segundo o último levantamento do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), as microempresas, empresas de pequeno e médio porte representam 99% do total das empresas brasileiras.

Conforme Bedê (2014), no ano de 2013 o total das empresas era de 6,6 milhões, das quais as micro e pequenas empresas foram responsáveis por 52% dos empregos formais. Mesmo em meio a tal expressividade representada pelas empresas de pequeno porte, a informação contábil é pouco utilizada para fins gerenciais. Silva et al (2009), continuam o raciocínio, afirmando que, a contabilidade não é observada e aplicada como ferramenta gerencial pela maioria dos gestores de pequenas empresas. Medir desempenho, acompanhar metas e avaliar impactos financeiros não é uma prioridade para estes gestores.

Iudicibus (2015) contrapõe o pensamento de tais gestores afirmando que, "uma das finalidades da Contabilidade é a avaliação de desempenho de períodos passados; outra, muito

importante, é fornecer informações hábeis para tomada de decisões gerenciais". Contudo, o profissional contábil desfavorece ainda mais essa visão. Segundo Pereira (2009) os prestadores de serviços contábeis têm uma estrutura voltada unicamente às obrigações fiscais, obscurecendo o entendimento dos clientes para a finalidade gerencial da contabilidade.

Mesmo em empresas de pequeno e médio porte, se faz necessário atentar para aspectos que podem determinar até mesmo a continuidade de uma entidade. Uma empresa sem contabilidade é uma entidade sem memória, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento. (SILVA; GODOY; CUNHA; NETO, 2002).

Para Hendriksen e Breda (2016), a contabilidade além do enfoque econômico, tem o enfoque comportamental, "onde a preocupação reside na relevância da informação transmitida a responsáveis pela tomada de decisões e no comportamento de indivíduos ou grupos diversos em consequência da apresentação de informações contábeis.".

Paralelo a amplitude da utilização da informação contábil havia a necessidade do desenvolvimento de normas específicas para empresas de pequeno e médio porte, para as quais não havia direcionamento de olhares com visão de gerenciamento da informação que impulsiona decisões, então surge o CPC PME, o Pronunciamento técnico direcionado para essa categoria de empresas que é de extrema relevância para a economia do país.

2.2 CPC PME

Objetivando viabilizar a adequação das empresas de pequeno e médio porte ao IFRS (*International Financial Reporting Standards*), a Coordenadoria Técnica de Pronunciamentos Contábeis, através da Resolução CFC nº 1.255/2009, aprova o CPC PME, que é a norma contábil voltada para as pequenas e médias empresas. Elaborada com base no *The International Financial Reporting Standard for Small and Medium- Sized Entities* (IFRS for SMEs) emitido pelo IASB (*International Accouting Standards Board*), o pronunciamento não, simplesmente, visa alterar tecnicamente a elaboração das demonstrações contábeis das empresas, mas ampliar o modelo de negócio das mesmas.

O pronunciamento Técnico CPC- PME é destinado às empresas de pequeno e médio porte, para as quais não há obrigação pública de prestação de contas, e elaboram suas demonstrações contábeis e financeiras, unicamente para usuários externos. O CPC, na sua seção 1, item 3.1, define o termo Pequenas e Médias Empresas como, as que não negociam suas ações em mercado aberto ou não possuam ativos em condição fiduciária, mesmo que obrigadas a publicação de suas demonstrações (CPC, 2009). Consequentemente, ficam fora da abrangência do CPC - PME as sociedades de grande porte, como definido na Lei nº

11.638/07, as companhias abertas reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e sociedades reguladas tanto pelo Banco Central do Brasil como pela Superintendência de Seguros Privados, além de outras entidades nas quais a contabilidade é regulada por órgão com poder legal (CPC, 2009).

Segundo as prerrogativas do CPC, ter uma clara definição e delimitação da abrangência da norma por parte dos órgãos reguladores e autoridades que aprovam a mesma é essencial para que o CPC, através do pronunciamento, possa decidir sobre formas de elaboração e divulgação adequadas para cada classe de empresas, bem como requisitos para o enquadramento coerente à norma.

Um dos motivos mais relevantes para que houvesse a convergência das normas brasileiras para as internacionais, é para que as empresas de pequeno e médio porte que tivessem semelhante nível de qualidade e compatibilidade na informação apresentada em demonstrativos de empresas de grande porte, visto que, o principal objetivo com a convergência à normas internacionais é unificar o entendimento de informações econômicas e financeiras (CPC, 2009).

2.2.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis para PMEs

As demonstrações contábeis existem essencialmente com o objetivo de evidenciar a posição patrimonial e financeira, através do Balanço Patrimonial, bem como seu desempenho, através das demonstrações de resultado e os fluxos de caixa.Carvalho et al (2006) confirmam o exposto afirmando que, o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações relevantes sobre a posição financeira da entidade para os possíveis usuários. Ressaltando a relevância da apresentação dos relatórios contábeis, Niyama (2010) afirma que os mesmos são comumente solicitados por investidores que desejam solidez na mensuração da conveniência e oportunidade para concretizar seus negócios.

Conforme as prerrogativas do CPC PME no item 3.2, “em determinadas circunstâncias pode haver necessidade de divulgação adicional, visto a adoção de uma exigência particular deste pronunciamento for insuficiente para permitir que os usuários compreendam os efeitos de transações ou outros eventos e condições específicas sobre a posição financeira e desempenho da entidade.” A entidade a qual as suas demonstrações estiverem em conformidade com o CPC PME precisam evidenciar tal informação em nota explicativa e devem estar de acordo com todos os requerimentos deste pronunciamento.

Assim como nas demonstrações para empresas de capital aberto, para que haja a apresentação adequada se faz necessário que estejam em total concordância com as

definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, receitas e despesas. Segundo a NBC TG 1000, o conjunto completo de demonstrações contábeis de uma entidade de pequeno e médio porte deve conter os seguintes relatórios: Balanço Patrimonial, Demonstração do resultado, Notas Explicativas, Demonstração das mutações do patrimônio líquido, Demonstração do resultado abrangente e Demonstração dos fluxos de caixa (CFC, 2009).

2.3 CPC PME – Expansão da Utilidade da Informação Contábil para PMEs

A adoção das IFRS pelo sistema contábil brasileiro incorreu em diversas mudanças, estas, não se restringem apenas ao aspecto de elaboração e divulgação das informações. Mais que isso, mudanças no aspecto gerencial das empresas, de como melhor utilizar a interpretação das informações para fins de gerenciamento interno, até mesmo mudanças no método de captação de recursos.

Uma dessas mudanças bastante evidentes é a possibilidade de comparação entre demonstrações contábeis de empresas de diferentes países. Conforme Carvalho et al. (2006), antes da adequação de uma norma contábil universal, para que se investisse fora do seu país, o investidor se desgastava em tempo e recursos, manuseando balanços nas10 mais diversas normas contábeis para torná-los comparáveis a sua realidade de investimento.

Dentre os aspectos positivos e relevantes da adoção das normas internacionais de contabilidade, está o fato de que existe uma redução considerável nos custos de empreendimentos multinacionais, visto que não há necessidade de consolidar demonstrações contábeis às normas brasileiras. Também facilita a análise de créditos e investimentos, impulsionando assim, a entrada em mercado de capital internacional. (WEFFORT, 2005)

Algumas outras mudanças são observadas por Prado et al. (2011) como vantagens e desvantagem. Dentre as vantagens destaca se o fato de que, a partir da adequação às IFRS PME, as demonstrações contábeis refletirão a real situação da empresa. Unindo isso a comparabilidade de informações aumenta a confiabilidade das demonstrações. Também o profissional contábil passa a ser mais exigido nas suas atribuições profissionais, consequentemente mais valorizado.

Essas vantagens também são destacadas por Iudicibus e Lisboa (2007), tratando-as como vantagens inegáveis. A qualidade técnica superior à anteriormente aplicada, a redução de custos, facilidade de compreensão, e consequentemente maior possibilidade de comparação.

Contribuindo com esse pensamento, Jacques (2009) acrescenta que, no tocante às

mudanças consequentes às normas internacionais para pequenas e médias empresas, quando a entidade se adequa a uma norma padrão, o produto final da ciência contábil tornasse mais proveitoso, pois as informações serão facilmente compreendidas e passíveis de serem comparadas.

Pode se dizer então que a adoção das normas internacionais pelo sistema contábil brasileiro, no seu aspecto gerencial contribui para alcançar o objetivo final da contabilidade, que é auxiliar os usuários a tomar decisões, considerando relatórios e demonstrativos financeiros.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da Pesquisa

A presente pesquisa consiste num estudo descritivo. De acordo com Gil (2008), esse tipo de pesquisa tem como objetivo a descrição das características de determinada população, utilizando-se comumente de técnicas de coleta de dados como questionários e observações sistemáticas. Ainda de acordo com Andrade (2007), na pesquisa descritiva, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles, ou seja, o propósito da pesquisa descritiva é descrever como é e como se manifesta determinado fenômeno.

O método de abordagem deste trabalho classifica-se como estudo quantitativo. De acordo com Hair Junior *et al.* (2006) os dados quantitativos são mensurações em que números são usados diretamente para representar as propriedades de algo. Ainda de acordo com o mesmo autor, com o objetivo de adquirir informações baseadas em números, a pesquisa quantitativa possui "técnicas de coleta mais estruturadas e classificação objetiva" (HAIR JUNIOR et al., 2006).

Nesta pesquisa o levantamento de dados foi realizado através da aplicação de questionários. Para Gil (2002), esse tipo de pesquisa colhe informações de um grupo significativo de pessoas acerca do problema que está sendo estudado para obter conclusões correspondentes aos dados coletados através de análise quantitativa. Ainda com relação a aplicação de questionários, Lakatos e Marconi (2003) descrevem que essa metodologia consiste na observação direta extensiva constituída por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador.

3.2 Delimitação da Pesquisa

A revisão bibliográfica desenvolvida tem por objetivo apresentar tratamento literário sobre o tema, através da análise de estudos semelhantes. Transcorrendo sobre a relevância das PMEs para a economia brasileira bem como a importância da informação contábil para

aplicação gerencial. E por fim, apresenta diretrizes que fundamentam a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com o Pronunciamento Contábil para Pequenas e Médias empresas.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevista com a utilização de questionário adaptado de Trazzi (2017). O mesmo foi aplicado no Município de João Pessoa no estado da Paraíba, apresentados de forma pessoal nos escritórios e, online através da plataforma Google Forms®.

O questionário buscou avaliar o perfil dos profissionais de contabilidade e observar o nível de conhecimento dos mesmos sobre o CPC PME, com atenção especial para a percepção destes profissionais nos aspectos relativos à elaboração das demonstrações contábeis em concordância com as normas vigentes para o grupo de empresas especifico.

3.3 Desenho da Pesquisa

Para realização do presente estudo, foi elaborado um questionário composto por questões de múltipla escolha distribuídas em três partes principais. Na primeira parte, é possível verificar informações acerca da caracterização dos respondentes, como por exemplo: sexo, formação profissional, cargo e área de atuação. Na segunda, questões sobre conhecimentos gerais a respeito do pronunciamento CPC PME, bem como sobre a frequência da aplicabilidade dele pelos respondentes. Por fim, a última parte do questionário apresenta questões relacionadas aos custos e benefícios de aplicação do CPC PME.

Após a elaboração do questionário, o mesmo foi distribuído em escritórios da cidade de João Pessoa entre o período de Abril e Maio de 2018, também, o mesmo foi colocado à disposição do Conselho Regional de contabilidade da Paraíba para que o mesmo fosse repassado por meio de e-mails cadastrados na *Newsletter* do referido conselho. O universo da pesquisa foi composto de profissionais de diferenciados graus de formação acadêmica, cargos e áreas de atuação dentro da contabilidade.

Cabe salientar em determinadas perguntas houve abstenção de respostas por parte dos entrevistados, logo em alguns questionamentos ha divergencia entre o total de respondentes e o total da amostra.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 apresenta o perfil dos profissionais entrevistados durante a pesquisa. Observa-se que a maior parcela dos respondentes foi do sexo masculino com 55,3% do total dos entrevistados enquanto que a menor parcela dos entrevistados era do sexo feminino, correspondendo a 44,7%. Em relação a formação dos participantes da pesquisa, constatou-se

que a maioria dos entrevistados possuíam o título de bacharel em Ciências Contábeis (36,2%), seguido de Graduandos (31,9%), Especialistas (21,3%), Técnicos (8,6%) e Mestres (2%). A tabela mostra ainda que, em relação ao setor de trabalho, a grande maioria dos entrevistados (53,3%) atuam majoritariamente no setor Contábil, desempenhando o cargo de Auxiliar Contábil (51,1%).

Tabela 1: Perfil dos respondentes quanto a formação e cargo de ocupação

Questões	**Respostas**	**Respondentes**	
		Quant.	%
Sexo	Feminino	21	44,7%
	Masculino	26	55,3%
Formação	Técnico	4	8,6%
	Graduando	15	31,9%
	Bacharel	17	36,2%
	Especialista	10	21,3%
	Mestrado	1	2%
	Doutorado	0	0%
Setor de Trabalho	Dep. Pessoal	4	27,7%
	Outros	5	8,4%
	Fiscal	13	10,6%
	Contábil	25	53,3%
Cargo	Sócio	3	6,4%
	Contador	5	10,6%
	Analista	6	12,8%
	Diretor	2	4,3%
	Treinee	0	0%
	Auxiliar	24	51,1%
	Consultor	0	0%
	Auditor	0	0%
	Outros	7	14,9%

A Tabela 2 mostra o perfil dos profissionais quanto ao tempo de atuação na área contábil, porte das empresas foco de atuação e o tipo de empresa caracterizada pelo método de tributação. Observa-se que 72,4% dos entrevistados têm de dois a dez anos de atuação na área contábil, caracterizando a maior parcela dos entrevistados, 14,9% afirmou que atuam na área a até dois anos e, apenas 12,8% afirmam que já atuam na área a mais de dez anos. Quando questionados a respeito do porte das empresas que são o foco de atuação, a maioria esmagadora (93,3%) afirmaram que atuam majoritariamente em empresas de pequeno e médio porte, e que as empresas tributadas pelo Simples Nacional representam 46,7% na atuação

destes profissionais.

Tabela 2: Perfil dos entrevistados quanto ao tempo e empresa foco da atuação

Questões	Respostas	Respondentes	
		Quant.	%
Tempo de Atuação	Até dois anos	7	14,9%
	De dois a cinco anos	21	44,7%
	De cinco a dez anos	13	27,7%
	Mais de dez anos	6	12,8%
Atuação majoritária em empresas	Pequeno e Médio Porte	42	93,3%
	Grande Porte	2	4,4%
	Capital Aberto AS	1	2,2%
Atua majoritariamente em empresas	Simples Nacional	21	46,7%
	Lucro Presumido	13	28,9%
	Lucro Real	11	24,4%

A Tabela 3 apresenta o percentual dos entrevistados que já participaram de treinamentos relacionados ao CPC PME e o percentual dos colaboradores que já receberam treinamentos relacionados ao CPC PME das empresas em que atuam. Ao analisar esses resultados nota-se que a grande maioria dos entrevistados (80%) nunca participou de treinamento algum específico sobre o CPC PME. Esse percentual é ainda mais elevado para aqueles que afirmam não terem recebido nenhum tipo treinamento na empresa onde trabalham atualmente (91,5%), esses dados corroboram com Marion (2012), Albuquerque (2011) e Stroeher (2005), que afirmam que uma parcela considerável das empresas de pequeno e médio porte utilizam informações contábeis única e exclusivamente para atendimento legal, deixando a desejar na utilização dessas informações para outros fins.

Tabela 3: Participação e oportunidade de capacitação em treinamentos sobre CPC PME

Questões	Respostas	Respondentes	
		Quant.	%
Participação em Treinamento CPC PME	Sim	9	19,1%
	Não	38	80%
A empresa que atua já ofereceu treinamento sobre CPC PME	Sim	4	8.5%
	Não	43	91,5%

Através da análise de estudos anteriores, é possível evidenciar a percepção dos profissionais de contabilidade sobre CPC PME. Um estudo exploratório semelhante

desenvolvido por Trazzi (2017) em Uberlândia – MG constatou que os profissionais possuem baixo nível de conhecimento sobre a aplicabilidade da norma para pequenas e médias empresas, bem como seus custos e benefícios. O mesmo percentual de respondentes, pouco mais da metade, afirmara que nunca participaram de treinamento específico, se quer na empresa que trabalhavam no momento da pesquisa. Isso pode explicar a deficiência dos profissionais que lidam com questões que englobam o CPC PME. Os mesmos afirmam ter conhecimento deficiente quanto a norma mesmo que, segundo eles, atuem majoritariamente em empresas de pequeno e médio porte.

Outro estudo, este conduzido por Prado et al. (2011), realizado com profissionais de contabilidade das cidades de Araguari, Uberaba e Uberlândia-MG, os profissionais, na sua maioria, não possuíam conhecimento algum sobre o CPC PME, consequentemente não utilizava para elaboração das suas demonstrações. Também foi constatado que os profissionais acreditavam que os principais motivos para falta de conhecimento e não adesão era consequência do despreparo da classe contábil atrelada a falta de apoio e capacitação por parte dos órgãos que eles representam.

A Tabela 4 apresenta resultados relativos aos conhecimentos gerais dos entrevistados acerca do CPC PME. 61,7% das pessoas que responderam a pesquisa, afirmaram não ter feito qualquer uso de literatura referente ao CPC PME. 44,7% declarou ter conhecimento deficiente. No entanto, quando questionados se a norma deveria ser largamente adotada no Brasil, 58,5% concordam que o CPC PME deveria ser largamente adotado. Em relação aos benefícios advindos da adoção da norma, 44,7% não souberam responder e 31,9% dos entrevistados consideraram médio os benefícios de se adotar a norma. Pouco mais da metade dos entrevistados (51,1%) afirmaram não saber sobre a obrigatoriedade da adoção. Quando questionados sobre a adoção por porte, 56,5% responderam que as empresas de Pequeno e Médio porte estão obrigadas a adotar o CPC PME e 30,4% não souberam responder.

Tabela 4: Questões gerais sobre CPC PME

Questões	**Respostas**	**Respondentes**	
		Quant.	%
Já fez uso de literatura referente ao CPC PME?	Sim	18	38,3%
	Não	29	61,7%
Nível de Conhecimento	Satisfatório	2	4,3%
	Mediano	15	31,9
	Superficial	21	44,7%
	Deficiente	9	19,1%

Acredita que ele deveria ser largamente adotado no Brasil?	Sim	26	58,5%
	Não	0	0%
	Não sei responder	20	43,5%
Benefícios da adoção	Pequeno	2	4,3%
	Médio	15	31,9%
	Grande	9	19,1%
	Não sei responder	21	44,7%
Obrigatoriedade de adoção	Sim	18	38,3%
	Não	5	10,6%
	Não sei responder	24	51,1%
Obrigatoriedade de adoção por porte das empresas	Pequeno e Médio	26	56,5%
	Grande	3	6,5%
	Nenhum	3	6,5%
	Não sei responder	14	30,4%

Na Tabela 5 são expostas respostas sobre a aplicabilidade do CPC PME. Observou-se que grande parte dos respondentes (71,7%) afirmaram nunca ter aplicado o referido pronunciamento. Dos que aplicaram, 28,9% aplicaram em empresas de pequeno e médio porte. Quando questionados sobre o motivo que os levaram a aplicar a norma, 21,9% afirmaram ter aplicado por iniciativa própria e apenas 3,1% foram compelidos a aplicarem a norma por iniciativa do gestor da empresa.

Tabela 5: Aplicabilidade do CPC PME

Questões	**Respostas**	**Respondentes**	
		Quant.	%
Já aplicou o CPC PME	Sim	33	71,7%
	Não	13	28,3%
Aplicou em empresas:	Pequeno Porte	10	22,2%
	Médio Porte	3	6,7%
	Grande	0	0%
	Nunca apliquei	32	71,1%
Motivo:	Iniciativa própria	7	21,9%
	Iniciativa do gestor	1	3,1%
	Outros	23	71,9%
	Não apliquei	2	6,2%

A Tabela 5 apresenta dados a respeito da percepção dos entrevistados em relação aos custos e benefícios. A maioria dos respondentes (57,4%) não soube mensurar os custos de aplicação do CPC PME, 27,7% afirmaram que os custos são baixos e 14,9% afirmaram que

os custos de implantação são altos. Quando questionados sobre onde eles achavam que estaria o maior custo de aplicação da norma, 38,3% não souberam responder, 28,9% responderam que o maior custo na aplicação do CPC PME é com treinamento profissional, 14,9% acreditam que o maior custo está relacionado ao sistema, seguido por outros custos de implantação que representam 17%. Com relação aos benefícios, o número dos que não souberam responder foi igual ao número dos queacreditam que o maior benefício da aplicação é maior comparabilidade e confiança nas demonstrações contábeis e apenas 14,9% acreditam que o maior benefício obtido com aplicação da norma está relacionado a maior utilidade e transparência para usuários. Para estes aspectos, Pinto et al. (2014) afirmam que há bastante divergência entre a maioria dos pesquisadores. Na literatura científica, existem vários questionamentos acerca dos custos e benefícios em adotar as normas IFRS. Deixando claro o conflito existente na percepção dos usuários da informação que permeiam entre adotar ou não as premissas do CPC PME.

Tabela 6: Custos e Benefícios da Aplicação do CPC PME

Questões	**Respostas**	**Respondentes**	
		Quant.	%
Custo de Aplicação	Alto	7	14,9%
	Baixo	13	27,7%
	Não sei responder	27	57,4%
Maior Custo	Treinamento profissional	14	29,8%
	Custo de Sistema	7	14,9%
	Outros custos de implementação	8	17%
	Não sei responder	18	38,3%
Principais Benefícios	Facilidade em contratar financiamentos	1	2,1%
	Comparabilidade e confiança nas demonstrações	19	40,4%
	Maior utilidade e transparência para usuários	7	14,9%
	Demonstrações internacionais	1	2,1%
	Não sei responder	19	40,4%

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos deixaram evidente que os participantes da pesquisa, que na sua maioria são profissionais do setor contábil que desempenham a função de auxiliar, possuem conhecimento deficiente quanto a norma, consequência de não terem tido contato com a norma na íntegra, atrelado ao fato de as empresas onde trabalharam ou trabalhavam no momento da pesquisa não oferecerem treinamento ou capacitação sobre a referida norma contábil.

O baixo nível de conhecimento destes profissionais faz com que a maioria não opine sobre os custos e benefícios da adoção da norma. Aqueles que responderam, acreditam que o maior custo é com treinamento do profissional e que o maior benefício é o aumento da capacidade de comparabilidade e confiança nas demonstrações contábeis.

É importante considerar que mesmo diante da obrigatoriedade de adoção ao CPC PME, a maioria dos entrevistados que afirmaram atuar majoritariamente com empresas de pequeno e médio porte, nunca aplicaram a norma por desconhecerem os aspectos que norteiam a mesma.

Cabe salientar que, devido ao tamanho da sua amostra, o presente estudo não generaliza o nível de conhecimento dos profissionais de João Pessoa - PB com relação ao CPC PME bem como o nível de aplicabilidade da norma, porém o mesmo pode contribuir para fomentar discussões sobre a aplicabilidade da mesma pelos profissionais da cidade.

Para pesquisas futuras, propõe-se aprofundar o estudo dos aspectos relativos à adoção, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em conformidade com o CPC PME, bem como, aumentar o tamanho da amostra para poder obter uma resposta mais precisa, gerando assim, uma pesquisa com maior clareza sobre a realidade dos profissionais de contabilidade da região.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ALBUQUERQUE, E. M. N. O uso de indicadores e relatórios contábeis para tomada de decisão nas micro e pequenas empresas em Manaus (AM). 2011. 80 f. Dissertação (Pós-Graduação Stricto Sensu em Contabilidade e Controladoria) – Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, 2011.

BEDÊ, M. A. Onde estão às pequenas e médias empresas no Brasil. São Paulo, 2006, p.27. Disponívelem:<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/onde_mpes_brasil.pdf>. Acesso em: 11 Setembro de 2018.

BRASIL. CASA CIVIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. DEZEMBRO DE 2007. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 5 de Março de 2018.

CARNEIRO, J. D.; DALI'AGNOL, R. M. A consultoria em gestão realizada pelo contabilista

como alternativa de redução da mortalidade das MPE. Revista Catarinense da Ciência Contábil do CRCSC, v. 4, n. 10, p. 9-23, dez./mar. 2015.

CARVALHO, J. F. A. CPC-PME – A Reação dos Escritórios Contábeis após o Pronunciamento Conceitual Aplicado as Micro e Pequenas Empresas. 78 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, Faculdade Lourenço Filho/Fortaleza, 2011.

CARVALHO, L. N. et al. Contabilidade internacional: Aplicação das IFRS 2005. São Paulo: Atlas, 2006.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC (Brasil). Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 05 de Março 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.255/2009 –Aprova a NBC TG 1000 (NBC T 19.41) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas Disponívelem:<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes/_sre.aspx?Codigo=2009/001255> Acesso em: 30 de Janeiro de 2018.

DELOITTE, T. T. IFRS para PMEs ao Seu Alcance: Um Guia para Sua Jornada Rumo ao Padrão ContábilGlobal. Disponívelem:<http:/www.deloitte.com.br/publicacoes/2007/Pocket_PME.pdf>. Acesso em: 11 de Março de 2018.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos De Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

_____. Como Elaborar Projetos De Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAIR JR, J. F. et al. Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração. Porto Alegre: Bookman, 2006.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. Teoria da Contabilidade. 5. ed. São Paulo: Atlas,1999.

IUDÍCIBUS, S.; LISBOA, L. P. Contabilidade: Entre Umas e Outras. Disponível em:<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/download/7723/7809>. Acesso em: 2 de Março de 2018.

JACQUES, G. V. Simulação dos impactos na contabilidade das pequenas e médias empresas brasileiras com a adoção das normas internacionais. Monografia (Curso de Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, J. C. Contabilidade empresarial. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NIYAMA, J. K. Contabilidade Internacional. 1 ed. 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

PEREIRA, D. S.; SANTOS, G. M. Impactos sistêmicos da adoção das normas internacionais de contabilidade nos sistemas de informação das pequenas e médias empresas no Brasil. Disponível em:<http://www.fiscosoft.com.br/a/5kwt/impactos- sistemicos-da-adocao-das-normas-internacionais-de-contabilidade-nos-sistemas-de-informacao-das-pequenas-e edias-empresas-no-brasil-george-magno-santos-diego- dos-santos-pereiras>. Acesso em:15 de Setembro de 2018.

PINTO, L. G. et al. Custos e benefícios da adoção do CPC PME. 5° CONGRESSO UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade. 2014.

PRADO, T. A. R. et al. A utilização do pronunciamento do CPC para as pequenas e médias empresas: um estudo nas cidades de Araguari, Uberaba e Uberlândia - MG. In: XIV SEMEAD – Seminário em Administração FEA- USP, São Paulo. Anais...SEMEAD, São Paulo, 2011.

RESNIK, Paul. A Bíblia da Pequena Empresa. São Paulo: Makron, 1991.

SEBRAE. PEQUENOS NEGÓCIOS EM NÚMEROS. Estudo de mercado. Disponível em:<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios- em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 3 de Março de 2018.

SILVA, C. N. Conte comigo! Características da consultoria contábil aos pequenos negócios. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós- Graduação em Controladoria e Contabilidade, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.Disponível em:<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde18012016-161033/>. Acesso em: 11 de Setembro de 2018.

SILVA, D. S. et al. Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas. 5. ed. Brasília: CFC: Sebrae. 2002. (PDF) Os Novos Desafios da Contabilidade para Micros e Pequenas Empresas: Uma Análise Sobre as Perspectivas de Adaptação e a Utilização da Escrituração Simplificada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – ITG 1000. Disponívelem:<https://www.researchgate.net/publication/318596763_os_novos_desafios_da_contabilidade_para_micros_e_pequenas_empresas_uma_analise_sobre_as_perspectivas_de_adaptacao_e_a_utilizacao_da_escrituracao_simplificada_para_microempresa_e_empresa_de_pequeno_por>. Acesso em: 1 de Outubro de 2018.

SILVA, R. C. In: SOARES, J. R (Coord.). Normas Internacionais de Relatórios Financeiros para Pequenas e Médias Empresas – IFRS–PME. 2011. Disponível em:<https://www.bdobrazil.com.br/pt-br/publicacoes/publicacoes-pt>. Acesso em: 1 de Fevereiro de 2018.

STROEHER, A. M. Identificação das características das informações contábeis e a sua utilização para tomada de decisão organizacional de pequenas empresas. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRS/UNIVATES, Porto Alegre, 2005.

TRAZZI, L. Percepção do Profissional Contábil sobre o CPC para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME) em Uberlândia-MG. 2017. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG. 2017.

WEFFORT, E. F. J. O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado. São Paulo: Atlas, 2005.